

consoante a Norma Maior, incorpore tal espírito de democrático, garantindo aos brasileiros, em especial, aos ‘massacrados’ servidores públicos civis os reais direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, assegurando-se-lhes as melhores condições salariais que condicionem o implemento dos outros direitos individuais e sociais.

O Poder Judiciário poderia, sim, valendo-se da sensibilidade constitucional, *interpretar os dispositivos de acordo com os fins sociais a que se dirigem e em atendimento às exigências do bem comum*, de forma a não permitir que a Administração Pública inviabilize o exercício de prerrogativas constitucionais, especialmente aquelas relacionadas aos valores sociais do trabalho, da dignidade da pessoa humana e do justo direito de greve.

Assim, finalizo o presente estudo, sinalizando pela dificuldade de análise do tema e, ao mesmo tempo, pela sua profunda relevância, mormente nos dias atuais, conclamando a sociedade para discussão acerca da matéria, na busca de implementação dos princípios insertos na nossa Lei Maior. Uma mudança de mentalidade e, sobretudo, da maneira como são encarados os princípios basilares da Lei Maior, respeitando-se, verdadeiramente, os valores fundamentais, verificando-se o espírito da Constituição.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- \* Constituição da República Federativa do Brasil – 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 31/2000. Brasília – 2001 – Senado Federal;
- \* Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda - Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 2ª edição, revista e aumentada, editora Nova Fronteira, 1986;
- \* Moraes, Alexandre de - Direito Constitucional / Alexandre de Moraes – 8ª ed. Revista, ampliada e atualizada com a EC nº 28/00. São Paulo: Atlas, 2000;
- \* Meirelles, Hely Lopes - Direito Administrativo Brasileiro, 25ª edição – São Paulo, Ed. Malheiros – 2000;
- \* Silva, José Gonçalves da - Direito Constitucional Positivo, 6ª edição, Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 1990;
- \* Nascimento, Amauri Mascaro do - Curso de Direito do Trabalho, editora Saraiva, São Paulo, 1989.
- \* Carrion, Valentin - Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho / Valentin Carrion. 26ª ed. atual. e ampl. Por Eduardo Carrion. – São Paulo: Saraiva, 2001.

## A AÇÃO MONITÓRIA E SEU CABIMENTO E PROCEDIMENTO NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Daniel Schneider de Castro (\*)

### 1- INTRODUÇÃO

A ação monitória representa grande avanço na busca pela celeridade nos processos em nosso País. Ela descende do avançado "procedimento di ingiunzione" do direito italiano, e tem como objetivo principal a obtenção rápida da satisfação de um direito fundamentado em prova que não possui, originalmente, força de título executivo.

Tal ação foi introduzida no Código de Processo Civil através da Lei nº 9.079, de 14 de julho de 1995. Essa ação, cujo procedimento é chamado de procedimento monitório ou de injunção, está expressa no CPC através dos artigos 1.102a, 1.102b e 1.102c.

Pelos artigos acima referidos, verifica-se que a ação monitória visa ao pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Dessa forma, se a petição inicial estiver bem instruída, contendo em anexo a prova escrita mencionada no art. 1.102a do CPC, o juiz deferirá o pleito, e expedirá o competente mandado para o devido pagamento, ou para a entrega da coisa almejada.

O prazo de 15 (quinze) dias mencionado no art. 1.102b não é para o magistrado expedir o mandado, como parece ser, mas é para o devedor, contado da data em que receber o referido mandado, efetuar o pagamento ou a entrega da coisa devida, ou, se assim não quiser proceder, dentro desse prazo poderá o devedor apresentar embargos, chamados por muitos de embargos monitórios. Se estes embargos não forem opostos, ou se forem rejeitados, o mandado inicial será convertido, automaticamente, em mandado executivo, e o processo, agora de execução, seguirá os trâmites previstos no Livro II, Título II, Capítulos II e IV.

Observa-se, facilmente, através dos artigos supracitados, que o procedimento da ação monitória é viável em vários casos que ocorrem de competência da Justiça Comum. Impõe-se saber, agora, se tal procedimento é cabível na Justiça do Trabalho, sendo este, pois, o tema principal do presente estudo.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **2.1- CABIMENTO NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

Importa observar, primeiramente, que o art. 769 da CLT dá margem à aplicação subsidiária do processo civil ao processo laboral quando este for omissivo em determinados pontos, sendo esta previsão a base inicial deste trabalho.

**(\*) Daniel Schneider de Castro é bacharel em Direito e Auxiliar Judiciário da Vara do Trabalho de Mamanguape/TRT-13ª Região, tendo concluído no ano de 2000, o curso ministrado pela Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Amatra XIII;**

Dessa forma, passo a analisar a natureza jurídica da ação monitória para verificar se ela é uma ação de conhecimento, ou é, desde o início, uma ação de execução. A resposta a esta pergunta poderá abrir o caminho para o esclarecimento do questionamento principal deste trabalho.

A discussão doutrinária e jurisprudencial sobre o tema em tela gira, quase que totalmente, em torno do que preconiza o art. 876 da CLT, que, com a nova redação determinada pela Lei nº 9.958/2000, assim disciplina:

*" Art. 876. As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executados pela forma estabelecida neste Capítulo".*

Alguns doutrinadores afirmam que a ação monitória seria uma ação de execução e, desta forma, a maioria deles alega que a aplicação dessa ação no processo do trabalho seria impossível, porque a prova escrita sem eficácia de título executivo, mencionada no art. 1.102a do CPC, não estaria elencada nas hipóteses previstas no artigo consolidado supracitado, isto é, tal prova não poderia gerar qualquer execução trabalhista.

Para aqueles que defendem que a ação monitória seria uma ação executória, e que a mesma poderia ser impetrada na Justiça do Trabalho, a decisão do juiz que defere a petição inicial e manda expedir o mandado de pagamento ou de entrega de coisa seria meramente interlocutória, pois ela, apenas, segundo eles, estaria dando início a uma execução, não constituindo pronunciamento final que põe fim ao processo. Não havendo embargos, não existiria a produção de uma sentença que confirmaria aquela decisão. E, seguindo ainda este caminho, vários daqueles doutrinadores afirmam que os embargos previstos no art. 1.102c deveriam seguir o mesmo procedimento dos embargos à execução.

Creio que o entendimento acima mencionado não é o mais indicado. A ação monitória deve ser encarada como ação de cognição, porque tem como objetivo o pronunciamento de uma sentença que declare entre os litigantes quem tem razão e quem não tem, o que só pode ser realizado enquadrando-se a norma jurídica pertinente ao caso concreto que deu origem ao litígio. Na verdade, essa ação é uma ação de conhecimento condenatória, porque não busca simplesmente a declaração do direito subjetivo material do autor, mas, também, a elaboração de uma ordem judicial que obrigue uma prestação a ser cumprida pelo réu, o que é, com certeza, uma sanção, tendendo à concretização de um título executivo. Deste modo, resumidamente, temos que a ação em tela visa à produção de uma sentença que dará ao documento, apresentado como prova, valor executivo.

Com isso, a interpretação correta é que a execução posterior não estará fundamentada na prova citada no art. 1.102a do CPC, e, sim, na decisão definitiva, ou seja, na sentença, transitada em julgado, que deu valor executivo àquele documento apresentado com a inicial. Quando o art. 1.102c utiliza os termos ".....constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial,.....", quer dizer que haverá uma sentença dando valor executivo ao documento apresentado como prova. Observe-se que essa sentença é que é o título executivo judicial, e não a prova escrita do mencionado art. 1.102a, pois esta, no que tange à executoriedade, não é nada sem aquela sentença. Portanto, verifica-

se claramente que a ação em tela não tem qualquer contradição com o art. 876 consolidado.

Seguindo tal diretriz, temos, então, dois caminhos que poderíamos percorrer. O primeiro deles estaria no sentido de considerar que a decisão do juiz que defere o pleito contido na ação monitória, determinando a expedição do competente mandado, seria, na verdade, uma sentença que põe fim ao processo de conhecimento; isto é, uma decisão definitiva, e não um simples despacho interlocutório. Desta forma, os embargos descritos no art. 1102c do CPC seriam, na verdade, uma espécie de contestação e recurso ao mesmo tempo, e, com isto, se os mesmos não forem opostos, ou se forem rejeitados, tal fato apenas confirmaria a sentença já proferida, não havendo necessidade de proferir-se outra decisão para dar à prova escrita apresentada pelo autor valor executivo. Aliás, isto daria uma significativa diferença entre o nosso procedimento monitório do de injunção previsto na Itália, pois, naquele país, no caso de revelia, por exemplo, o magistrado deverá exarar uma sentença, através da qual o mandado monitório não embargado adquirirá força de mandado executivo.

O outro caminho a ser seguido, dentro da diretriz da natureza cognitiva do procedimento da ação monitória, seria considerar que o procedimento de injunção brasileiro segue as mesmas linhas do italiano. Com isso, teríamos a necessidade de um pronunciamento final, totalmente decisivo, em forma de sentença, na situação de revelia, ou na rejeição dos embargos apresentados. Estes seriam, então, uma espécie de contestação. Acredito ser esta a melhor direção a ser tomada quanto ao entendimento da ação monitória na Justiça Laboral. É dentro deste aspecto que passo a trabalhar.

Ainda sobre o parâmetro do cabimento da presente ação na Justiça Trabalhista, cabe observar importantes aspectos no tocante à competência, que trazem nítidos esclarecimentos relacionados a este assunto.

Com efeito, a competência material para processamento e julgamento da ação monitória será, única e exclusivamente, da Justiça do Trabalho, se o litígio, logicamente, versar sobre qualquer controvérsia decorrente da relação de trabalho, nos termos definidos pelo art. 114 da Constituição Federal de 1988.

Assim, documentos escritos como: termos de rescisão do contrato de trabalho não quitados, confissões de dívida, créditos de trabalhador avulso e de empregados em geral evidenciados em cartas, memorandos, pareceres, circulares, regulamento interno, bilhete ou fichas, a notificação do aviso prévio e das férias, dívidas de pequena empreitada, entre outros, darão causa à impetração da monitória, desde que denotem dívida certa e determinada e estejam realmente relacionados com litígios envolvendo relação de emprego. Igualmente, terá lugar esta ação quando for pretendida a devolução de equipamentos, ferramentas e vestuário (art. 1.102a, do CPC).

A jurisprudência, em sua maioria, já tem decidido pelo cabimento da ação monitória, como passo a descrever:

*"Ação monitória – Processo do trabalho – Cabimento. Se a demanda versa sobre verbas rescisórias trabalhistas não pagas, compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgá-la (CF, art. 114, caput), afastando-se o argumento da reclamada de que a ação monitória caberia ao Juízo Cível. O documento*

*apresentado pela autora, TRCT, expedido por seu ex-empregador, e devidamente homologado pelo sindicato de classe, confere-lhe um crédito em decorrência da rescisão contratual, sem o pagamento das verbas rescisórias às quais tem direito. Com efeito, considerando-se que o art. 769 da CLT prescreve que nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível, há que se amparar o ajuizamento de ação monitória nessa Justiça Especializada. (TRT – 15ª R – 5ª T – Ac. nº 9387/2001 – Relª. Olga Aida J. Gomieri – DJSP 19.03.2001 – pág. 35)"*

*"Ação monitória – Cabimento. A ação monitória prevista no CPC para cobrança de soma em dinheiro, com base em prova escrita e sem eficácia de título executivo, constitui moderno avanço processual, que não conflita com o art. 876 da CLT, porque é perfeitamente aplicável ao procedimento trabalhista com fundamento no art. 114 da Constituição Federal, nos arts. 769 e 877-A da CLT, na celeridade e na economia processual. (TRT – 15ª R – 1ª T – Ac. nº 6130/2001 – Rel. Antônio M. Pereira – DJSP 05.03.2001 – pág. 6)"*

*"É compatível com o processo do trabalho procedimento específico previsto em ação monitória, o qual possibilita a agilização da satisfação do crédito. Na verdade, em se tratando de ação monitória no processo do trabalho, poucas são as diferenças em relação ao processo de conhecimento. (RO 5530/98, 4ª T., MG) Taisa Maria Macena de Lima - TRT- MG."*

E a competência funcional será, necessariamente, do Juiz Titular ou Substituto da Vara do Trabalho.

## **2.2- PROCEDIMENTO NA JUSTIÇA LABORAL**

Quanto ao procedimento a ser seguido dentro da Justiça Laboral, cabem aqui algumas observações importantes.

Verifica-se, primeiramente, a questão da postulação inicial da presente ação. Com efeito, acredito que a ação monitória não poderá ser apresentada dentro dos parâmetros definidos pelo art. 840 da CLT, e seus parágrafos, pois o caput do referido dispositivo refere-se à reclamação trabalhista propriamente dita, e a ação monitória é diferente da ação trabalhista. Dessa forma, a ação monitória deve ser apresentada atendendo-se o que está disciplinado nos arts. 282 a 296 do CPC, logicamente com algumas ressalvas impostas pela lei nº 9.079/95.

A primeira dessas ressalvas é quanto ao art. 285 do CPC, que será aplicado parcialmente ao presente caso. Estando correta a petição inicial, o juiz despachará a ordem de expedição do mandado de pagamento ou de entrega da coisa, de acordo com o que está determinado no art. 1.102b do CPC, quando, então, será citado o réu sobre a ocorrência da ação em tela. No entanto, só a parte final do referido art. 285 deverá ser aplicada, com certa modificação do seu texto, isto é: "do mandado constará que, não sendo *embargada* a ação, se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor" (grifo nosso). Também deverá constar, obrigatoriamente, no referido mandado, a previsão contida no art. 1102c do CPC, para o caso de revelia.

A outra ressalva diz respeito ao art. 286. Com efeito, observa-se que, segundo o que está preconizado pelo art. 1102a do CPC, não é possível fazer-se, através da monitoria em estudo, pedido genérico, nos termos do art. 286 e seus incisos. Portanto, no que tange a este aspecto, tal dispositivo não deve ser aplicado ao presente caso.

Ainda sobre a postulação inicial, observa-se que deverá a ação monitoria estar acompanhada da prova escrita determinada pelo art. 1102a do CPC. No entanto, se tal documento não estiver presente, deverá o magistrado intimar o autor para que o apresente no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial, nos precisos termos do art. 284, e seu parágrafo único, do Código de Processo Civil

No tocante à citação do réu, temos a questão da realização de uma possível audiência. Isto é, existem juristas que defendem que, recebida a ação monitoria, a exemplo da reclamação trabalhista comum, deverá a Secretaria da Vara designar audiência, que será a primeira desimpedida depois de 05 (cinco) dias, conforme preceitua o art. 841 da CLT. Segundo aqueles doutrinadores, os embargos, aqui encarados como defesa, devem ser apresentados em audiência, como disciplina o art. 847 consolidado. Se entendermos desta forma, teremos que, no mandado proveniente da monitoria, destinado ao réu, já deveria estar consignada, também, a data da audiência para apresentação dos embargos e das provas a serem produzidas. Creio que esta não é a melhor orientação a ser tomada, posto que, como já foi mencionado antes, a ação monitoria não se assemelha à reclamação trabalhista. O procedimento, portanto, deve seguir de acordo com o art. 1.102b e 1.102c. Desta forma, o réu terá 15 (quinze) dias para apresentar, na Secretaria da Vara do Trabalho, seus embargos monitorios, e, se apresentados, estará suspensa a eficácia do mandado expedido. Nestes embargos, além de apresentar sua defesa e suas provas, poderá o réu arrolar testemunhas e requerer designação de audiência para a produção de prova oral. O magistrado, ao analisar os embargos, verificará a necessidade ou não de audiência para o julgamento da lide. Com isto, se for realmente imprescindível, poderá o juiz designar audiência de instrução e julgamento, que seguirá, dentro do que for possível, os parâmetros do rito ordinário previsto na CLT. Isto deve ser, desta forma, encarado, porque a lei 9.079/95, quando criou a ação monitoria, tinha como objetivo facilitar a solução dos litígios, sem ter que enfrentar toda a burocracia processual da instrução cognitiva completa. Marcar, de plano, audiência para a ação monitoria na Justiça Laboral, significaria a perda do sentido da existência do instrumento em tela. Além disso, importa analisar o que determina o art. 330 do CPC, que assim disciplina:

*" Art. 330. O juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo sentença:*

*quando a questão de mérito for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência;*

*quando ocorrer a revelia (art. 319). "*

O artigo acima referido trata do julgamento antecipado da lide, pois, como é cediço, o magistrado, ao analisar o pedido, de acordo com o estado do processo, poderá exarar sua sentença, solucionando a lide, baseado, unicamente, em seu próprio

entendimento, sem ter que se utilizar da audiência de instrução e julgamento. A sentença, neste caso, também é definitiva, como é aquela que é proferida após a audiência de instrução, tendo, ambas, as mesmas características.

Desta forma, não é aconselhável que o magistrado realize qualquer audiência de instrução se não existe pedido de produção de provas orais, se o litígio está relacionado somente com a interpretação de documentos já apresentados pelas partes, ou se são incontroversos os fatos afirmados pelas partes. E é, clara e quase integralmente, o que se passa na hipótese prevista nos arts. 1.102a, 1.102b e 1.102c do CPC. Aliás, o art. 334 do CPC, em seus incisos III e IV, disciplina, nitidamente, que não dependem de provas os fatos "admitidos, no processo, como incontroversos" e aqueles "em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade". Também, observa-se que o inciso II do art. 125 do CPC informa que o juiz dirigirá o processo, velando pela rápida solução do litígio; e o art. 130 do mesmo Código determina que o magistrado deverá indeferir as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

Portanto, por tudo o que foi mencionado, no caso da ação monitória, defendo a idéia de que a realização de audiência é uma completa exceção, posto que o procedimento previsto pela lei nº 9.079/95 em muito se assemelha com o julgamento antecipado da lide disciplinado no art. 330 do Código de Processo Civil.

Continuando a presente análise, o que se verifica, a princípio, é que, em qualquer situação na presente matéria, deverá haver uma sentença, extinguindo o processo com ou sem julgamento do mérito. Questão interessante que se observa, neste ponto, é o cabimento ou não de recurso ordinário contra tal sentença.

O CPC não faz qualquer menção à existência de recurso no procedimento da ação em tela. O citado diploma informa, claramente, que, se os embargos não forem apresentados, ou forem rejeitados, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, e prosseguindo-se na forma prevista no Livro II, Título II, Capítulos II e IV. Baseado nisto é que alguns juristas acreditam que, no caso da ação monitória, a sentença é realmente irrecurável, tendo em vista que a lei 9.079/95 tinha como intenção dar prioridade ao princípio da celeridade processual.

No entanto, para aqueles que acreditam que, no presente caso, há possibilidade de interposição de recurso contra a decisão definitiva do juiz que indefere a petição inicial da ação monitória, ou que a julga improcedente, como a que julga a ação em tela procedente com base na rejeição dos embargos ou na ocorrência da revelia, com certeza tal recurso será o ordinário, com base no art. 895, alínea a, da CLT. E é esta a tese que defendo.

Existem, ainda, doutrinadores que defendem a interposição de agravo de petição contra a sentença que rejeita os embargos monitórios, porque, seguindo a tese de que a ação monitória é uma ação de execução, acreditam que tal decisão é uma "sentença proferida em processo de execução". Na verdade, como já foi mencionado antes, este último entendimento não é o mais indicado para a ação em tela.

## 2- CONCLUSÃO

Verificam-se, através do presente trabalho, os seguintes pontos:

- 1) a ação monitória é plenamente cabível na Justiça do Trabalho;
- 2) para a apreciação do pleito contido na ação monitória será competente o Juiz Titular ou Substituto da Vara do Trabalho, que a realizará através de cognição sumária, isto é, sem audiência, com base nos termos do art. 330 do CPC, que define o julgamento antecipado da lide;
- 3) a realização de audiência é uma exceção ao procedimento previsto pela lei nº 9.079/95, que poderá ocorrer somente após a apresentação dos embargos monitórios;
- 4) o pleito contido na ação monitória deverá decorrer de relação de emprego incontroversa e a referida ação deverá estar acompanhada, obrigatoriamente, de prova escrita da dívida;
- 5) a sentença definitiva proferida em apreciação ao pleito contido na ação monitória é recorrível através de recurso ordinário, com base no art. 895, alínea a, da CLT.

Conclui-se, portanto, que a ação monitória representa certa vantagem para o reclamante no processo do trabalho, pois este poderá obter a satisfação do seu direito material mais rapidamente através do cumprimento do mandado de pagamento ou de entrega da coisa, expedido por meio de uma cognição célere, onde, em regra, não haverá audiência. E mesmo que não seja tal mandado cumprido, e que haja oposição de embargos, a audiência para a produção de prova oral é uma exceção ao procedimento.

Por outro lado, se a audiência de instrução supracitada ocorrer, e, tendo em vista que a sentença proferida na ação monitória é recorrível, o ingresso da mesma na Justiça Laboral praticamente não representará qualquer vantagem para o reclamante, posto que, tal ação, em seu procedimento, sofrerá a mesma demora que atinge as reclamações trabalhistas em geral, causada pela burocracia processual.

### **BIBLIOGRAFIA**

- RODRIGUES PINTO, José Augusto. Processo Trabalhista de Conhecimento. 5ª ed. São Paulo: LTr, 2000
- GIGLIO, Wagner D. . Direito Processual do Trabalho. 10ª ed. rev. e ampl. . São Paulo: Saraiva, 1997.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I, 30ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.
- SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Curso de Processo Civil. Vol. I, 5ª ed. rev. e atual. . São Paulo: RT, 2000.

**AS COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIO AS**  
**INCONSTITUCIONALIDADES DA LEI 9.958/2000**  
**PARTE DE QUATRO ARTIGOS**

Rodrigo Nóbrega Farias (\*)